



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

COMO VOCÊ PODE REDUZIR SUA CARGA
TRIBUTÁRIA DE FORMA LEGAL E SEGURA

LUCIANO PEREIRA DOS SANTOS

IBS

ICMS

IS

ISS

CGIBS

CBS

IVA

PIS

COFINS

IPI

SPLIT PLAYMENT

ATUALIZADO EM 2026



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

COMO VOCÊ PODE REDUZIR SUA CARGA
TRIBUTÁRIA DE FORMA LEGAL E SEGURA

SOBRE O AUTOR

DR. LUCIANO P. SANTOS

ADVOGADO TRIBUTÁRIO | OAB/SP

BACHAREL EM DIREITO PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESAMC-SANTOS
PÓS-GRADUADO EM GESTÃO PÚBLICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL
MESTRANDO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PELA FGV
MEMBRO DA COMISSÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA OAB/SP
INTEGRANTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO DIGITAL DA OAB/SP

ATUA HÁ ANOS NA DEFESA DE EMPRESAS,
COM FOCO EM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO,
CONTENCIOSO FISCAL E CONSULTORIA EMPRESARIAL.
ACREDITA NA PREVENÇÃO E NO PLANEJAMENTO COMO
FERRAMENTAS PARA TRANSFORMAR PASSIVOS
FISCAIS EM VANTAGENS COMPETITIVAS



SUMÁRIO

04	Introdução
05	Fundamentos Jurídicos e Econômicos
06	Os Regimes Tributários no Brasil
07	Como Escolher o Regime Ideal
08	Estratégias Legais de Redução de Impostos
09	Erros Comuns que Aumentam a Carga Tributária
10	Crédito Tributário: Como Aproveitar ao Máximo
11	O Impacto da Reforma Tributária
12	O que são o IBS e a CBS?
13	Planejamento Sucessório e Proteção Patrimonial
14	Governança Tributária e Compliance
15	Obrigações Acessórias e Fiscalização Digital
16	Considerações Finais e Próximos Passos



INTRODUÇÃO

04

O sistema tributário brasileiro é reconhecidamente um dos mais complexos e burocráticos do mundo.

Com mais de 90 tributos diferentes, legislações que se sobrepõem e constantes mudanças, muitas empresas acabam pagando mais impostos do que o necessário — não por falta de vontade, mas por falta de informação e planejamento.

O planejamento tributário surge como a ferramenta essencial para reverter esse cenário. Trata-se de um conjunto de estratégias legais e legítimas que permitem ao contribuinte organizar seus negócios de forma a reduzir a carga fiscal, otimizar recursos e aumentar a competitividade.

Diferentemente da sonegação fiscal, que é crime, o planejamento tributário é um direito do contribuinte, reconhecido pela legislação e pela jurisprudência. A Súmula 276 do STJ estabelece que “o contribuinte pode optar pelo regime tributário que lhe for mais favorável”.

Objetivos deste eBook:

- Explicar os fundamentos jurídicos e econômicos do planejamento tributário.
- Apresentar os regimes tributários e suas diferenças.
- Demonstrar estratégias legais de economia fiscal.
- Preparar empresas para a nova realidade da Reforma Tributária.



FUNDAMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

05

2.1. Fundamentos Jurídicos

- Princípio da Legalidade: Nenhum tributo pode ser cobrado sem lei que o institua.
- Princípio da Isonomia: Todos os contribuintes em situação similar devem ser tratados de forma igual.
- Princípio da Capacidade Contributiva: A tributação deve respeitar a capacidade econômica de cada contribuinte.
- Princípio da Não Cumulatividade: Evita a tributação em cascata, permitindo o crédito de tributos pagos em etapas anteriores.

2.2. Fundamentos Econômicos

- Redução de Custos: Planejar tributos reduz despesas operacionais.
- Competitividade: Empresas com menor carga tributária têm maior margem de preço.
- Incentivo ao Investimento: Menos impostos significam mais recursos para reinvestir.
- Previsibilidade: Planejamento garante estabilidade e segurança nas decisões financeiras.

REGIMES TRIBUTÁRIOS

06

O Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real são regimes tributários diferentes que definem como empresas no Brasil calculam e pagam seus impostos. A escolha impacta diretamente a carga tributária, a burocracia e a lucratividade da empresa

Conceito

São formas diferentes de calcular e recolher impostos no Brasil. Eles definem como a empresa vai apurar sua base de cálculo e pagar tributos como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ICMS e ISS

Regimes

Simples Nacional

- Tributos pagos em guia única (DAS).
- Menos burocracia, mas não gera créditos de ICMS/PIS/COFINS

Lucro Real

- Impostos calculados sobre o lucro contábil efetivo.

Lucro Presumido

- Base de cálculo é uma margem de lucro presumida pela lei (8% a 32%).

FATURAMENTO

1

SIMPLES NACIONAL

Para micro e pequenas empresas (até R\$ 4,8 milhões/ano).

2

LUCRO PRESUMIDO

Para empresas até R\$ 78 milhões/ano. Bom para negócios com margens reais maiores que a presumido.

3

LUCRO REAL

Sem limite de faturamento (obrigatório acima de R\$ 78 milhões).



COMO ESCOLHER O REGIME IDEAL

07

4.1. Fatores a Considerar

- Margem de lucro real da empresa.
- Volume de despesas dedutíveis.
- Setor de atuação.
- Estrutura societária.
- Projeção de faturamento.

• 4.2. Exemplo Prático

- Uma empresa com faturamento anual de R\$ 5 milhões e lucro líquido de 10% pode pagar:
- Simples Nacional: 12% sobre receita = R\$ 600 mil.
- Lucro Presumido: 8% base IRPJ + 12% CSLL = R\$ 340 mil.
- Lucro Real: considerando deduções, R\$ 280 mil.
- Conclusão: O Lucro Real é mais vantajoso neste caso.

ESTRATÉGIAS LEGAIS DE REDUÇÃO DE IMPOSTOS

08

01

ESCOLHA CORRETA DO REGIME TRIBUTÁRIO

Comparar Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real para ver qual gera menor carga tributária conforme faturamento e margem de lucro.

Usar benefícios como Lei do Bem (inovação tecnológica), incentivos regionais (Zona Franca de Manaus) ou setoriais (cultura, esporte).

APROVEITAMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS

02

03

PLANEJAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Distribuir lucros isentos de IR para sócios, em vez de aumentar pró-labore (que gera encargos trabalhistas e previdenciários).

No Lucro Real, usar créditos de PIS/COFINS e ICMS sobre insumos e despesas para reduzir impostos a pagar.

APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

04

05

REVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE PRODUTOS/SERVIÇOS

Conferir NCM e CNAE corretos para evitar tributação indevida ou maior do que o necessário

Avaliar se regimes especiais de ICMS ou ISS podem reduzir carga tributária em determinados estados ou municípios.

USO DE REGIMES ESPECIAIS E SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

06

07

DEDUÇÃO DE DESPESAS OPERACIONAIS

No Lucro Real, registrar corretamente despesas dedutíveis (salários, aluguel, energia, insumos) para reduzir a base de cálculo do IRPJ e CSLL

Estruturar a empresa em holdings ou separar atividades em diferentes CNPJs para aproveitar regimes distintos e reduzir riscos

PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO.

08

ERROS COMUNS QUE AUMENTAM A CARGA TRIBUTÁRIA

09

ERROS	Atraso em obrigações acessórias
	Despesas não documentadas
	Escolha errada do regime
	Falta de controle de créditos
CONSEQUÊNCIA	Pagamento excessivo de tributos
	Perda de valores recuperáveis
	Glosa de deduções
	Multas e autuações
SOLUÇÃO	Automatizar processos fiscais
	Revisar anualmente o enquadramento
	Implantar sistema de gestão fiscal
	Exigir notas fiscais e registros contábeis

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

COMO APROVEITAR AO MÁXIMO

10

01

Gerar Crédito



aquisição de insumos,
energia elétrica, serviços
de utilidade comum, ativos
imobilizados

02

Erros Comuns



não vincular créditos à
atividade-fim, falta de
documentação

03

**Aproveitar
créditos de ICMS**



Empresas que compram
mercadorias para revenda ou
produção podem usar o ICMS pago
na compra para abater do ICMS
devido na venda

04

**Revisão periódica
da escrituração**



Conferir se todas as notas fiscais
de entrada estão sendo
registradas corretamente para
não perder créditos.

05

**Planejamento
tributário
estratégico**



Avaliar se o regime tributário atual
permite maior aproveitamento de
créditos. Muitas vezes, migrar para o
Lucro Real é vantajoso para empresas
com altos custos operacionais.

O IMPACTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

11

A Emenda Constitucional 132/2023 cria três novos tributos:

CBS

Contribuição sobre Bens e Serviços

substitui PIS e COFINS

IBS

Imposto sobre Bens e Serviços

substitui ICMS e ISS

IS

Imposto Seletivo

incide sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente

O IMPACTO

Transição entre 2026 e 2032

Arrecadação no destino.

Crédito amplo e não cumulativo

Necessidade de revisão de sistemas e contratos

Em resumo: a EC 132/2023 não aumenta a carga tributária total, mas redistribui e reorganiza como os impostos são cobrados, buscando justiça e eficiência

O que são o IBS e a CBS?

12

IBS e CBS: entenda as diferenças no novo IVA

CBS – Âmbito Federal

- Tributo federal destinado à União.
- Substitui PIS, Cofins e IPI.
- Administrado pela Receita Federal.
- Estruturado como contribuição.



IBS – Estados e Municípios

- Tributo compartilhado entre estados e municípios.
- Substitui ICMS e ISS.
- Gerido por um Conselho Federativo.
- Estruturado como imposto.



IBS e CBS formam juntos o IVA nacional

- Mesmas regras de cálculo, crédito e incidência.
- Apuração integrada, com destaque separado na nota fiscal.



IBS e CBS são os novos tributos sobre consumo estabelecidos pela Reforma Tributária. Eles substituem uma série de impostos atuais e visam simplificar o sistema tributário, eliminando a cobrança em cascata (imposto sobre imposto) e unificando legislações. Em essência, ambos compõem o modelo de IVA brasileiro, ou seja, incidem sobre o valor agregado em cada etapa da produção ou comercialização.

Ambos os tributos têm abrangência ampla e não-cumulativa, seguindo os moldes de um IVA moderno. Isso significa que praticamente todas as operações de venda de bens, intangíveis e serviços serão alcançadas, mas cada etapa terá direito a créditos dos impostos pagos nas etapas anteriores, tributando efetivamente apenas o consumo final. Além disso, a cobrança passa a ocorrer no destino (local de consumo), e não na origem, eliminando distorções da “guerra fiscal” entre estados.

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E PROTEÇÃO PATRIMONIAL

13



Governança Tributária e Compliance

14

fluxo prático de implementação da governança tributária

01. Definir políticas internas

Estabeleça regras claras para apuração, pagamento e registro de tributos.

02. Implementar controles e auditorias

Crie processos de monitoramento e revisões periódicas para garantir conformidade.

03. Treinar e capacitar equipe

Invista em treinamentos regulares para manter o time atualizado com a legislação.

04. Adotar práticas de transparência

Comunique de forma ética e clara as obrigações fiscais e relatórios.

05. Monitorar e ajustar continuamente

Revise políticas e controles conforme mudanças legais e estratégicas.

Sustentabilidade financeira, com maior previsibilidade e eficiência na gestão tributária

06. Resultado

a governança tributária não é apenas uma obrigação, mas uma estratégia de competitividade e sustentabilidade.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E FISCALIZAÇÃO DIGITAL

15

01. SPED (SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL)

reúne informações contábeis e fiscais em formato digital.

02. PROBLEMA

Criado para unificar e digitalizar a escrituração contábil e fiscal das empresas. Ele reúne informações em formato eletrônico, permitindo maior integração entre Receita Federal, estados e municípios

04. EFD (ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL)

detalha operações de ICMS, IPI, PIS e COFINS.

03. DETALHES

Parte integrante do SPED, detalha operações relacionadas a tributos como ICMS, IPI, PIS e COFINS. É essencial para o controle das movimentações fiscais e para o cruzamento de dados entre compras e vendas

05. ESOCIAL

centraliza informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos empregados.

06. RESULTADO

Sistema que centraliza informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos empregados. Ele simplifica o envio de dados sobre vínculos, remunerações e contribuições, garantindo maior controle sobre obrigações trabalhistas e previdenciárias

CONSIDERAÇÕES FINAIS PRÓXIMOS PASSOS

16

Revisar o regime tributário atual

Isso pode significar pagar mais impostos do que o necessário.

Mapear créditos e benefícios fiscais.

Mapear créditos e benefícios fiscais é transformar informação em economia real, garantindo que a empresa não pague mais impostos do que deveria.

Implementar governança tributária

É importante estruturar um conjunto de políticas, controles e processos que garantam conformidade com a legislação e tragam segurança para a empresa

Buscar assessoria especializada.

É uma das decisões mais estratégicas que uma empresa pode tomar.

CONVITE

A equipe do Dr. Luciano Santos está à disposição para consultoria personalizada e planejamento tributário estratégico



PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

LUCIANO SANTOS ADVOGADOS E ASSOCIADOS PLANEJAMENTO

TRIBUTÁRIO | CONTENCIOSO FISCAL | CONSULTORIA EMPRESARIAL
DIREITO DIGITAL | PROPRIEDADE INTELECTUAL

RUA AUGUSTA, 101 – CONJ. 1325
CONSOLAÇÃO – SÃO PAULO/SP – CEP 01305-100
(11) 3197-1000
WWW.LUCIANOSANTOS.ADV.BR